

13º SIMULADO

TJ RJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

13º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-06-06-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Lucas

TEXTO I**Hitler matou alguém com as próprias mãos?**

O infame ditador alemão Adolf Hitler sem dúvida se meteu em algumas situações em que poderia matar alguém; contudo, até onde se sabe, não chegou a matar de fato. A primeira delas foi na Primeira Guerra Mundial, quando serviu à Alemanha na patente de cabo. O futuro ditador era então mensageiro, o que significava sair da segurança da trincheira para se aventurar em campo aberto, na mira da artilharia inimiga. Ele foi alvo com bem mais frequência do que atirou, e não há registro de que tenha abatido nenhum militar inimigo.

Depois, no início de sua carreira como militante de extrema direita, ele saía no braço contra manifestantes de outras vertentes políticas em protestos de rua. Todavia, não há nenhuma prova de que Adolf tenha matado alguém – "rolaram só uns tabefes", mesmo.

Por fim: Hitler teve um relacionamento abusivo com uma sobrinha, Geli Raubal, entre 1929 e 1931. Ela se suicidou aos 23 anos com sua pistola. Há o boato de que ele fez o disparo – mas o historiador britânico Ian Kershaw afirma não haver evidências favoráveis a essa versão, que foi espalhada por jornais sensacionalistas da época em uma tentativa de queimar a imagem do futuro ditador.

É inegável, porém, que Hitler foi culpado indiretamente pela morte de Raubal: ele mantinha a mulher trancada em casa e, provavelmente, a estuprava. Hitler entrou em crise após o suicídio e se ausentou da vida política temporariamente.

<https://super.abril.com.br/blog/oraculo/hitler-matou-alguem-com-as-proprias-maos/>

01. Inere-se do texto que

- a) a função de mensageiro impossibilitava que Adolf matasse algum inimigo fora das trincheiras.
- b) Hitler confrontava fisicamente militantes de extrema direita, sem chegar ao extremo da violência.
- c) o suicídio de Geli Raubal foi uma versão espalhada por jornais sensacionalistas para prejudicar Hitler.
- d) a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha se deve ao seu desempenho como comandante.

e) apesar da participação em conflitos variados, não há comprovação de que Hitler teria matado de fato.

02. O autor assegura que

- a) Hitler, apesar da história que o cerca, não chegou a matar de fato.
- b) o disparo que tirou a vida de Geli Raubal partiu de Hitler.
- c) o mensageiro Adolf Hitler, servindo como cabo, jamais abateu um militar inimigo
- d) Hitler foi culpado de forma indireta pelo suicídio de Geli Raubal.
- e) Geli Raubal se suicidou porque sofria abusos e era estuprada por Hitler.

03. Em cada uma das próximas opções, é apresentada uma proposta de reescrita para o seguinte período do texto I: "Todavia, não há nenhuma prova de que Adolf tenha matado alguém" (2º parágrafo). Assinale a opção que apresenta proposta de reescrita que preserva o sentido original e a correção gramatical do texto.

- a) Porém, não existe prova alguma que Adolf tenha matado alguém.
- b) Mas, não existem provas que Hitler tenha matado alguém.
- c) Não existe, porém, provas de que Hitler tenha matado.
- d) Nunca provaram, que Adolf tenha matado alguém.
- e) Contudo, não existe prova alguma de que Hitler tenha matado alguém.

04. No segmento "Ela se suicidou aos 23 anos com sua pistola" (3º parágrafo), a partícula "se" é classificada como

- a) pronome reflexivo
- b) pronome passivador
- c) pronome recíproco
- d) partícula expletiva.
- e) parte integrante do verbo

05. O vocábulo “infame” (1º parágrafo) foi empregado no texto para indicar que Hitler

- a) tem má-fama
- b) não é famoso
- c) tem atitude imoral
- d) era sanguinário
- e) cometeu infâmia

06. Considerando sua organização e tipologia, objetivo principal do texto é

- a) mostrar que Hitler não tinha coragem de matar com suas próprias mãos.
- b) fazer uma narrativa biográfica dos feitos do grande ditador.
- c) argumentar no sentido de que Hitler não era um assassino.
- d) dissertar sobre a carreira militar de Hitler.
- e) responder à pergunta proposta no título.

07. No segmento “Hitler teve um relacionamento abusivo com uma sobrinha, Geli Raubal, entre 1929 e 1931” (3º parágrafo), as vírgulas

- a) separam um adjunto adverbial de tempo
- b) isolam um segmento explicativo
- c) separam orações independentes
- d) marcam a presença de vocativo
- e) enfatizam um nome próprio

08. Considerando os elementos linguísticos do primeiro parágrafo, prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição de

- a) “se meteu” por “meteu-se”
- b) “à Alemanha” por “a Alemanha”
- c) “em que” por “nas quais”
- d) “se sabe” por “sabe-se”
- e) “se aventurar” por “aventurar-se”.

09. No segundo parágrafo, as aspas foram empregadas para

- a) sugerir ironia por parte do autor
- b) marcar a malícia da expressão
- c) indicar um registro informal
- d) enfatizar uma citação original
- e) ressignificar o vocábulo “tabefes”

10. Sobre as relações coesivas do texto, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I- “essa versão” (3º parágrafo) refere-se ao boato de que Geli Raubal teria se suicidado.

II- em “a estuprava” (4º parágrafo), a partícula “a” retoma “a mulher”, que, por sua vez, tem como referente “Geli Raubal”.

III- à luz do título do texto, na afirmação “não chegou a matar de fato” (1º parágrafo), a expressão “de fato” pode ser interpretada como “com as próprias mãos”.

IV- o pronome “sua” em “sua pistola” (3º parágrafo) refere-se a Hitler.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**Marcos Girão**

11. A Lei Estadual nº 4.620/2005, que dispõe sobre a Unificação e a Reestruturação dos Quadros de Pessoal e Institui a Carreira de Serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, prevê que o desenvolvimento do serventuário nas carreiras se dará mediante promoção ou progressão funcional. A este respeito assinale a alternativa correta.

- a) O desenvolvimento do serventuário nas carreiras de que trata esta lei ocorrerá entre os padrões remuneratórios, a cada 03 (três) anos, mediante promoção ou progressão funcional.
- b) Promoção é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.
- c) Progressão funcional é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.
- d) A promoção ou progressão funcional deverá atender os critérios e pré-requisitos estabelecidos em Regulamento, observado o tempo mínimo de 5 anos.
- e) Não haverá promoção ou progressão funcional durante o período em que a despesa de pessoal ultrapassar aquela fixada no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 que trata das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

12. Conforme a Lei nº 6.956 de 13 de janeiro de 2015 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio De Janeiro são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, EXCETO:

- a) Tribunais do Júri
- b) Conselhos da Justiça Militar
- c) Juizados do Menor Infrator
- d) Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
- e) Juizados do Torcedor e Grandes Eventos

13. Conforme a Lei nº 6956 de 13 de janeiro de 2015 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio De Janeiro assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal Pleno somente pode ser convocado pelo Presidente do Tribunal para deliberação sobre critérios de sua competência.
- b) É possível a autoconvocação do Tribunal Pleno que deverá ser formulada com indicação de pauta específica.
- c) O quórum mínimo para instalação do Tribunal Pleno será de 30 (trinta) desembargadores, isto é um terço dos cargos existentes.
- d) A eleição de integrantes da Administração Superior do Tribunal de Justiça, do Diretor-Geral da Escola de Magistratura, dos magistrados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral e de candidatos para compor a lista quintupla para ingresso no Tribunal pelo quinto constitucional do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil e de desembargadores para o Conselho da Magistratura é disciplinada por ato do Presidente do Tribunal.
- e) As eleições que ocorrem no Tribunal Pleno não poderão ser realizadas mediante processo eletrônico.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**Herbert Almeida**

14. Joana completou um ano de efetivo exercício no serviço público estadual, e pretende requerer suas férias. A respeito desse tema, considerando a legislação aplicável aos servidores públicos do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) o tempo em que a servidora estiver afastada em virtude das férias não será contado como tempo de efetivo exercício.
- b) caso opte por não requerer as férias, Joana poderá acumular no máximo três períodos, situação em que deverá gozar do afastamento de forma consecutiva.
- c) as faltas ao serviço poderão ser consideradas e descontadas do período total de férias da servidora.

- d) se operar diretamente com raio X ou substâncias radioativas, Joana terá direito a vinte dias consecutivos de férias, por semestre, sem possibilidade de acumulação ou de parcelamento.
- e) caso pretenda gozar de suas férias no exterior, a servidora deverá requerer autorização do Governador do Estado.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. À luz do regimento interno do TJ-RJ, cabe ao Tribunal Pleno dar posse, exceto

- a) Presidente do Tribunal
- b) Corregedor-Geral da Justiça
- c) Vice-Presidentes do Tribunal
- d) Diretor da Escola da Magistratura
- e) Desembargadores

16. O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é constituído de 180 Desembargadores. São oriundo do quinto constitucional, na classe de juristas

- a) 36 Desembargadores
- b) 30 Desembargadores
- c) 24 Desembargadores
- d) 18 Desembargadores
- e) N.D.A.

17. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, compete ao Órgão Especial Processar e julgar, originariamente, exceto

- a) os embargos aos seus acórdãos.
- b) as habilitações e outros incidentes, nos processos de sua competência, bem como as dúvidas não manifestadas em forma de conflito, sobre distribuição, competência e ordem de serviço, em matéria das Câmaras Cíveis.
- c) as reclamações quando o ato impugnado for pertinente à execução de acórdão seu.
- d) as arguições de impedimento e suspeição opostas a Desembargadores e ao Procurador-Geral de Justiça quando reconhecidas.
- e) as representações contra os membros dos Tribunais de segundo grau, por excesso de prazo previsto em lei.

18. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ, A Secretaria do Órgão Especial

- a) Será exclusiva do órgão.
- b) também funcionará como Secretaria do Tribunal Pleno
- c) também funcionará como Secretaria do Conselho da Magistratura
- d) também funcionará como Secretaria da Escola da Magistratura.
- e) também funcionará como Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. O Princípio da Isonomia manifesta-se na Lei nº 13.146/2015 primando pela igualdade de oportunidades entre as pessoas e a vedação a qualquer atitude discriminatória. Nesse contexto, é correto afirmar:

- a) A discriminação manifesta-se apenas por distinções, restrições, exclusões ou ações. As omissões não podem veicular discriminação.
- b) Havendo a previsão de ação afirmativa, a pessoa com deficiência está obrigada a usufruí-la.
- c) O Estatuto da Pessoa com Deficiência considera especialmente vulneráveis apenas as pessoas com deficiência e os idosos.
- d) Se, no exercício de suas funções, os juízes tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- e) É dever privativo da família ou do responsável legal comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Assinale a alternativa correta acerca da diferenciação entre “moral” e “ética”.

- a) Não é possível diferenciá-las. São palavras sinônimas.
- b) Moral é um conjunto de valores, e Ética é a reflexão sobre esses valores.
- c) Moral é a prática da Ética no nosso dia a dia.
- d) Moral é sinônimo de “ética aplicada”.
- e) A Ética pode variar já a Moral é imutável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antonio Daud

21. Como resultado da desconcentração administrativa, são criados órgãos públicos, os quais podem assumir diversas posições hierárquicas. Órgãos previstos no próprio texto constitucional, que não se subordinam a outros entes e cujos titulares são agentes políticos, em regra, são chamados de órgãos

- a) subalternos.
- b) superiores.
- c) independentes.
- d) secundários.
- e) polivalentes.

22. No que se refere ao princípio da legalidade, aplicável em âmbito administrativo, é correto afirmar que:

- a) o estado de defesa e o estado de sítio constituem exceção ao mencionado princípio.
- b) é um dos princípios constitucionais implícitos, ao lado da continuidade dos serviços públicos.
- c) permite ao administrador público agir *contra legem*, se a finalidade consistir no interesse público.
- d) sempre prevalecerá sobre os demais princípios, sendo considerado um supraprincípio.
- e) coloca a Administração em um patamar de superioridade sobre o particular, autorizando-se a prática dos atos que não estejam proibidos em lei.

23. Consoante disposto na Lei 8.666/1993, a alienação de bens imóveis de um órgão da administração direta dependerá de

- a) autorização judicial.
- b) interesse público injustificado.
- c) avaliação de mercado, prévia ou posterior.
- d) licitação, que será dispensada no caso de dação em pagamento.
- e) inscrição no livro do tombo.

24. A anulação de ato administrativo que padece de vício insanável

- a) sempre dependerá de provocação.
- b) não se sujeita a prazo decadencial, por força do princípio da legalidade.
- c) representa atribuição exclusiva do controle interno.
- d) pressupõe juízo de mérito administrativo quanto ao desfazimento do ato.
- e) requer motivação explícita.

25. No que se refere aos ocupantes de cargos em comissão e exercentes de função de confiança, é correto afirmar que

- a) os cargos em comissão devem ser ocupados exclusivamente por servidores efetivos.
- b) as funções de confiança devem ser preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- c) as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas a atribuições de direção, assessoramento e chefia, em que há desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.
- d) apesar de os cargos em comissão serem de livre exoneração, a autoridade nomeante está vinculada ao atendimento às restrições do direito público, a exemplo da vedação ao nepotismo e de condições eventualmente previstas em lei.
- e) os ocupantes de cargo em comissão, na esfera estadual, adquirem estabilidade no serviço público após dois anos de efetivo exercício.

26. Trata-se de fato originário do poder público que não se dirige diretamente ao particular contratado, possuindo cunho de generalidade, incidindo reflexamente sobre o contrato e implicando oneração excessiva ao particular. A referida previsão consiste em

- a) fato inserido na álea ordinária.
- b) fato do príncipe.
- c) fato da administração.
- d) caso fortuito.
- e) força maior.

27. Ordem de serviço emitida pelo chefe da repartição, após completar todas as etapas de formação previstas na legislação, representa ato administrativo

- a) enunciativo, simples e pendente.
- b) negocial, simples e perfeito.
- c) punitivo, complexo e pendente.
- d) ordinatório, composto e consumado.
- e) ordinatório, simples e perfeito.

28. Trata-se de hipótese de licitação dispensável expressamente prevista na Lei 8.666/1993:

- a) prestação de serviços por organizações da sociedade civil de interesse público.
- b) restauração de obras de arte, quando houver compatibilidade com as finalidades do órgão.
- c) alienação de bens imóveis, decorrente da venda a outro órgão da Administração, de qualquer esfera de governo.
- d) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa.
- e) aquisição de bens fornecidos por única empresa, em caráter de exclusividade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. Fora criada uma associação visando tutelar os direitos dos moradores de determinado bairro da cidade do Rio de Janeiro. Seu estatuto continha, dentre outras previsões, a possibilidade de representar seus filiados judicialmente, sempre que os interesses destes, relacionados às finalidades da entidade, estivessem em jogo. No entanto, o Poder Judiciário, ao ser acionado, decidiu anular o dispositivo correspondente, por considerá-lo inconstitucional. Consoante o que estabelece a Constituição Federal, pode-se afirmar que:

- a) A criação da associação é inconstitucional, já que sua área de abrangência não poderia ser inferior à de um município.
- b) Assiste razão ao Poder judiciário, ao anular o dispositivo que previa a possibilidade de atuação da entidade em âmbito judicial, já que a defesa dos associados apenas poderia se dar na esfera extrajudicial.
- c) A previsão estatutária é inconstitucional, vez que as associações dependem de expressa autorização de seus filiados para representá-los judicialmente, na condição de substitutas processuais.
- d) A intervenção do Poder Judiciário é inadmissível, tendo em vista que a Constituição garante que a liberdade de associação é plena e, portanto, imune a quaisquer interferências por parte do Poder Público.
- e) A interferência estatal é indevida, ainda que proveniente de decisão judicial, sendo admitida apenas caso fosse constatada a finalidade ilícita da associação, a qual possui liberdade para estabelecer seu estatuto.

30. Genésio, advogado com 11 anos de experiência na profissão, foi escolhido e nomeado pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, dentre um grupo de três colegas de profissão, para compor o órgão. Aníbal, membro do Ministério Público da União, após indicação de seu nome em lista sêxtupla elaborada pelo respectivo órgão de representação e envio de lista tríplice pelo Superior Tribunal de Justiça ao Presidente da República, foi diretamente nomeado pelo chefe do Poder Executivo para integrar o corpo de Ministros da Corte Especial. Houve inconstitucionalidade no que diz respeito à escolha

- a) De Genésio, que deveria ter sido nomeado pelo Presidente da República, após regular indicação em lista sêxtupla pelo órgão de representação, e, posteriormente, em lista tríplice pelo Tribunal correspondente.
- b) De Genésio e Aníbal, já que ambos deveriam ter sido submetidos à sabatina do Senado Federal.
- c) Dos dois nomes, já que a regra do Quinto Constitucional não se aplica ao TSE e, ainda que a indicação de Aníbal tenha sido regular, o Presidente não poderia tê-lo nomeado sem a aprovação do Senado Federal.
- d) De Genésio e Aníbal, já que a CF/88 não prevê a possibilidade de membros do Ministério Público e da advocacia serem escolhidos como Ministros de Tribunais Superiores.
- e) De Genésio, apenas, já que Aníbal, desde possuía mais de dez anos de carreira e reputação ilibada, não precisaria se submeter à aprovação do Poder Legislativo.

31. Suponha que o Presidente da República tenha cometido crime de responsabilidade e, após ter sido proferido juízo de admissibilidade positivo pela Câmara dos Deputados, o processo tenha sido instaurado perante o Senado Federal. Três meses depois, já no final do primeiro ano do mandato presidencial, o órgão legislativo decide pela condenação, acatando o pedido de impeachment do chefe do Poder Executivo. De acordo com a CF/88, é correto afirmar que:

- a) O Presidente, após a admissão da acusação pela Câmara, deveria ter sido definitivamente afastado de suas funções. Assumiria, então, o Vice, a fim de completar o restante do mandato.
- b) Com a instauração do processo pelo Senado, o Presidente deveria ter sido suspenso de suas funções, sendo substituído, nesse período, pelo Vice, o qual, após a condenação, assumiria o cargo em caráter definitivo.
- c) Passados 60 dias sem que o julgamento tivesse sido concluído, o Presidente deveria ter sido definitivamente afastado de suas funções.
- d) O Presidente, após a admissão da acusação pelo Senado, deveria ter sido temporariamente afastado de suas funções, quando assumiria o cargo, interinamente, o Vice. Após a condenação, ocuparia a vaga, em caráter definitivo, o Presidente da Câmara dos Deputados.
- e) O titular deveria permanecer no cargo até o momento da condenação, quando o Vice deveria, então, assumir interinamente o cargo, até que fossem convocadas eleições diretas no prazo de 90 dias.

32. O Congresso Nacional editou lei ordinária estabelecendo a criação de região metropolitana, composta de três municípios limítrofes pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro. Pode-se afirmar, à luz do que dispõe a Constituição da República, que:

- a) A criação da região metropolitana é inconstitucional, uma vez que deveria ter sido feita por meio de lei ordinária estadual.
- b) A lei terá sido válida caso a Assembleia Legislativa do Estado tenha sido previamente ouvida.
- c) A criação da região metropolitana é inconstitucional, uma vez que deveria ter sido feita pelo próprio Estado do Rio de Janeiro, por meio de lei complementar.
- d) A região metropolitana resultante deverá atender à execução de funções públicas de interesse comum, possuindo, como consequência, autonomia político-administrativa.
- e) Houve inconstitucionalidade no que diz respeito à necessidade de aprovação da população interessada, por meio de plebiscito.

33. Suponha que o Presidente da República, decorridos sessenta dias da abertura da sessão legislativa, tenha deixado de apresentar suas contas ao Congresso Nacional. Em razão da inércia presidencial, o mesmo órgão decide proceder à respectiva tomada de contas. Em um segundo momento, por meio de decreto legislativo, decide fixar os subsídios dos deputados, senadores e ministros de Estado. Com base nos dispositivos constitucionais pertinentes, é possível afirmar que o Congresso Nacional:

- a) Extrapolou as competências a ele atribuídas pela Constituição, ao proceder à tomada de contas do Presidente, mas agiu corretamente ao fixar as remunerações mencionadas por meio de decreto legislativo.
- b) Agiu em total desconformidade com o que determina a Carta Maior, vez que a tomada de contas compete, na verdade, à Câmara dos Deputados, devendo as remunerações dos referidos agentes políticos serem estabelecidas em lei.
- c) Apenas poderia, por ato próprio, ter fixado os subsídios dos deputados e senadores, mas não a dos ministros de Estado, em respeito à separação dos Poderes.
- d) Agiu em consonância com o que determina a atual Constituição, no que concerne à tomada de contas, já que tal atribuição pertence exclusivamente ao Congresso Nacional, responsável por julgar as contas do Presidente.
- e) A fixação dos subsídios dos deputados e senadores depende de sanção presidencial, embora a remuneração dos ministros de Estado, assim como a do Presidente da República, deva ser estabelecida por decreto legislativo.

34. Elinaura, filha de pais portugueses que, por ocasião de seu nascimento, aqui se encontravam temporariamente a serviço do governo de Portugal, passou a residir no Brasil após atingida a maioridade. No tocante aos direitos passíveis de serem usufruídos em território nacional, pode-se concluir que Elinaura:

- a) Poderá optar pela nacionalidade originária brasileira, a qualquer tempo.

- b) Poderá requerer a quase nacionalidade apenas após completar um ano de residência ininterrupta no Brasil.
- c) Poderá usufruir, desde já, dos direitos inerentes aos brasileiros natos, já que nasceu em solo brasileiro.
- d) Caso haja reciprocidade de Portugal, poderá usufruir dos direitos inerentes aos brasileiros naturalizados, sem prejuízo da possibilidade de aquisição na naturalização ordinária.
- e) Terá adquirido a nacionalidade brasileira automaticamente, após um ano de residência ininterrupta no Brasil, caso haja reciprocidade por parte de Portugal.

35. Caso um servidor de uma autarquia federal, prestadora de serviço público, venha a causar dano à propriedade de um particular, pode-se dizer que a responsabilização recairá:

- a) Objetivamente sobre a administração pública, desde que o particular seja usuário do serviço.
- b) Sobre o servidor, caso reste comprovado que seu comportamento encontra relação com o dano causado ao particular.
- c) Objetivamente sobre a administração pública, contanto que reste comprovado que o servidor agiu com dolo ou culpa.
- d) Sobre o servidor, que responderá subjetivamente, ainda que possua o direito de ajuizar ação de regresso contra a administração.
- e) Objetivamente sobre a administração pública, caso o agente se encontre no exercício de suas atribuições.

36. A respeito dos partidos políticos, considere:

(I). Poderão ter caráter regional ou nacional.

(II). É obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal.

(III). São vedadas coligações nas eleições proporcionais, sendo permitidas nas eleições majoritárias.

(IV). As normas de disciplina e fidelidade partidárias estão taxativamente previstas no texto constitucional.

Contraria as regras contidas na Constituição Federal a afirmação contida em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, III e IV.
- c) II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II e IV.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. O processo civil é ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição e no Código de Processo Civil. Sobre suas normas fundamentais, pode-se afirmar que:

- a) O Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição encontra previsão exclusivamente constitucional.
- b) O Princípio da Duração Razoável aplica-se à fase de conhecimento e à fase executiva.
- c) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por meio dos atos processuais por ela praticados.
- d) O ordenamento jurídico brasileiro só admite a apreciação jurisdicional quando houver efetiva lesão a direito.
- e) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos serão estimulados estritamente por juízes, conciliadores ou mediadores.

38. Quanto à representação da pessoa jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) A União será representada, ativa e passivamente, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado.
- b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem ser representados apenas por seus procuradores.
- c) A União será representada, ativa e passivamente, exclusivamente pela Advocacia-Geral da União.
- d) A sociedade sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
- e) O gerente de filial de pessoa jurídica estrangeira deve apresentar procuração com poderes específicos para que possa receber citação.

39. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, sobre a litigância de má-fé, é correto:

- a) Apenas o autor e o réu poderão responder por perdas e danos quando litigarem de má-fé.
- b) Não há litigância de má-fé quando o sucumbente interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
- c) A multa por litigância de má-fé deve ser aplicada sempre à requerimento da parte, sendo vedada sua imposição *ex officio*.
- d) São causas caracterizadoras da litigância de má-fé, dentre outras, a dedução de pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato controverso, alteração da verdade dos fatos e o uso do processo para conseguir objetivo ilegítimo.
- e) A multa por litigância de má-fé será superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa e, caso seja irrisório ou inestimável o seu valor, poderá ser fixada em até dez vezes o valor do salário mínimo.

40. Sobre os poderes, os deveres e a responsabilidade do juiz, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz poderá promover a autocomposição, contando obrigatoriamente com o auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.
- b) O juiz poderá determinar a dilação dos prazos processuais, ainda que o determine após o seu encerramento.
- c) Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, o juiz oficiará o Ministério Público, dentre outros legitimados, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.
- d) Havendo lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico, o juiz poderá eximir-se de decidir, determinando a suspensão do processo até o surgimento de norma que seja aplicável ao caso concreto.
- e) O Código de Processo Civil permite que o juiz decida por equidade sempre que esta forma parecer mais adequada ao caso.

41. Para que o processo seja justo, é fundamental que seja instruído e julgado por um juiz imparcial. Sobre o impedimento e a suspeição, assinale a alternativa correta:

- a) As causas de impedimento e suspeição prevista no Código de Processo Civil aplicam-se exclusivamente aos juízes.
- b) Quando dois ou mais juízes forem parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, o primeiro que conhecer do processo impede que o outro nele atue, caso em que o segundo se escusará, remetendo os autos ao seu substituto legal.
- c) Caso a parte alegue o impedimento ou suspeição de um membro do Ministério Público, o juiz deverá suspender o processo até que o incidente seja decidido.
- d) A alegação de suspeição é legítima ainda que provocada por quem a alega.
- e) Se a parte praticar ato que signifique manifesta aceitação do arguido, ainda assim, será considerada legítima sua arguição de suspeição.

42. O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Sobre a participação do *Parquet* no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 15 dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal.
- b) Havendo participação da Fazenda Pública, deverá haver intervenção obrigatória do Ministério Público.
- c) Caso o Ministério Público atue como fiscal da ordem jurídica, terá vista dos autos depois das partes, será intimado de todos os atos processo, poderá produzir provas, requerer medidas processuais, mas não detém legitimidade recursal.
- d) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações, ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio.
- e) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

43. Uma das espécies recursais disciplinadas no Código de Processo Civil é o agravo de instrumento e este:

- a) será cabível contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação e cumprimento de sentença, mas não caberá no processo de execução.
- b) será dirigido ao magistrado que proferiu a decisão agravada e, posteriormente, remetido ao Tribunal para processamento e julgamento.
- c) poderá apresentar efeito suspensivo, se atribuído pelo relator.
- d) possui efeito suspensivo automático, decorrente de lei.
- e) será cabível, dentre outras hipóteses, contra decisões interlocutórias que versem sobre tutelas provisórias, mérito do processo, inclusão ou exclusão de litisconsorte e admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.

44. A Lei nº 11.419/2009 trata da informatização do processo judicial. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) a lei aplica-se apenas aos processos civis e aos juizados especiais.
- b) quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 horas do seu último dia.
- c) considera-se assinatura eletrônica apenas aquela baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada.
- d) a assinatura eletrônica não poderá ser realizada mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário.
- e) quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até o horário de encerramento do expediente forense.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

45. Com relação às garantias constitucionais aplicáveis à espécie, assinale a opção correta:

- a) a vedação da produção de provas obtidas por meios ilícitos (art. 5º, LVI, CRFB), como possui natureza de garantia constitucional, deve ser interpretada de forma absoluta. Assim, não há possibilidade, no processo penal, de avaliação de prova obtida por meios ilícitos se for para favorecer o Acusado.
- b) A condenação de um réu sem defensor não viola o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- c) O acusado em processo criminal tem o direito de permanecer em silêncio, sendo certo que o silêncio não importará em confissão, mas poderá ser valorado pelo juiz de forma desfavorável ao réu.
- d) O princípio da publicidade é aquele que garante à imprensa acesso a todas as informações processuais, em nome do interesse público.
- e) A ampla defesa assegura ao acusado a utilização dos meios e recursos inerentes durante o curso da ação penal.

46. Relativamente à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço e aos princípios processuais penais constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A lei processual penal tem aplicação imediata e é aplicável tanto nos processos que se iniciarem após a sua vigência, quanto nos processos que já estiverem em curso no ato da sua vigência, e até mesmo nos processos que apurarem condutas delitivas ocorridas antes da sua vigência.
- b) Caso o processo penal já tenha sido iniciado, os atos praticados deverão ser refeitos e, todos os posteriores deverão ser praticados conforme a nova lei.
- c) A lei processual penal não deverá ser aplicada imediatamente, por isso prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, e constitui ofensa ao princípio da irretroatividade.
- d) A lei processual penal não se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
- e) O Código de Processo Penal será aplicado a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional, nelas incluídas as destinadas a apurar crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República.

47. Sobre o tema inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- b) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) Nos crimes de ação penal pública o inquérito policial pode ser iniciado a requerimento do ofendido.
- d) A autoridade policial apenas poderá mandar arquivar autos de inquérito policial quando o fato for atípico ou estiver extinta a punibilidade.
- e) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais

48. Sobre a ação penal, é correto afirmar:

- a) ao ofendido, ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação penal pública que dependa de representação do ofendido.
- b) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- c) Quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 60 dias seguidos a ação será considerada perempta.
- d) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo efeito em relação ao que o recusar.
- e) A representação será retratável, depois de recebida a denúncia.

49. Sobre o tema Sujeitos Processuais no Direito Processual Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Do despacho que admitir, ou não, o assistente da acusação, caberá recurso, devendo, de qualquer modo, constar dos autos o pedido e a decisão.
- b) Nos júzos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, bem como amigos íntimos ou inimigos capitais.
- c) A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- d) Nenhum acusado, com exceção do foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- e) O assistente será admitido enquanto não tiver sido exarada a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.

50. Nos termos do Código de Processo Penal, acerca do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

- a) O Conselho de Sentença será constituído por 7 (sete) dos jurados sorteados dentre os alistados.
- b) O sorteio dos jurados será realizado a portas abertas pelo juiz, cabendo-lhe retirar as cédulas até completar o número de 23 (vinte e três) jurados para a reunião periódica ou extraordinária.
- c) O mesmo conselho de sentença poderá conhecer de mais de um processo, no mesmo dia, se as partes os aceitarem e, neste caso, os jurados deverão prestar um novo compromisso legal.
- d) O tempo destinado à acusação e à defesa será de uma hora para cada, e de meia hora para a réplica e outro tanto para a tréplica.
- e) Verificando que se encontram na urna as cédulas relativas aos jurados presentes, o juiz presidente sorteará sete dentre eles para a formação do Conselho de Sentença. À medida que as cédulas forem sendo retiradas da urna, o juiz presidente as lerá, e o Ministério Público e, depois dele, a defesa poderão recusar os jurados sorteados, até três cada parte, sem motivar a recusa.

51. Assinale a alternativa correta.

- a) O juiz, ao reconhecer a existência de crime que não seja da competência do Tribunal do Júri, dará a qualificação específica ao fato e remeterá o processo ao juiz competente.
- b) Em caso de ficar provado não ser o réu autor de crime doloso contra a vida, será ele impronunciado.
- c) O jurado que tiver integrado a lista geral nos 12 meses que antecederem à publicação da nova lista fica dela excluído.
- d) Havendo impronúncia, não é possível a instauração de novo processo contra o já impronunciado pelo mesmo fato a ele imputado anteriormente.
- e) O procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri será concluído no prazo máximo de 60 dias.

52. Acerca da prisão preventiva, assinale a opção correta:

- a) Caberá a decretação da prisão preventiva apenas na fase de investigação policial, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- b) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, caberá prisão preventiva.
- c) Será admitida a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 313 do Código de Processo Penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade mínima superior a 4 (quatro) anos.
- d) o juiz poderá relaxar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- e) A prisão preventiva pode ser decretada apenas por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal que possuam relação de cautelaridade com o processo penal.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, é ato de caráter normativo

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Aviso
- d) Ordem de Serviço
- e) Ato reservado

54. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, o instrumento utilizado pelas unidades organizacionais da Corregedoria-Geral para comunicação interna entre os agentes da administração é denominado

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão

d) Declaração

e) Atestado

55. No cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão elaborar parecer, rotina administrativa e manual. O Manual

- a) É o documento complementar à Rotina Administrativa destinado a reunir informações acerca de informativos (software), produtos, serviços, informações a usuários internos ou externos.
- b) É o instrumento para expor manifestação técnica ou jurídica sobre matéria versada em processo administrativo.
- c) É o instrumento que estabelece a forma de execução de processos de trabalho expedida conforme determinado na Rotina Administrativa Geral.
- d) É utilizado para comprovação, mediante valoração do agente.
- e) É o documento de comunicação exclusivamente interna.

56. Segundo a Consolidação Normativa Judicial, não é hipótese de realização de inspeção

- a) por determinação do Corregedor-Geral da Justiça.
- b) por determinação do Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.
- c) por determinação do Juiz de Direito Dirigente do NUR.
- d) por solicitação de Juiz de Direito.
- e) por solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça.

57. Consoante disposto na Consolidação normativa judicial

- a) Caberá recurso administrativo, no prazo de 3 dias, ao Órgão Especial.
- b) Caberá recurso administrativo, no prazo de 5 dias, ao Tribunal Pleno.
- c) Caberá recurso administrativo, no prazo de 8 dias, ao Conselho da Magistratura.

- d) Caberá recurso administrativo, no prazo de 10 dias, ao Corregedor-Geral.
- e) Caberá recurso administrativo, no prazo de 158 dias, ao 3º Vice-Presidente do Tribunal.

58. Acerca das funções e deveres do Chefe de Serventia, não condiz com o disposto na Consolidação Normativa Judicial

- a) exercer todas as atribuições de direção de serventia previstas na legislação em vigor;
- b) exercer a chefia direta da serventia, organizando, comandando e supervisionando todos os seus serviços e atividades, segundo as diretrizes traçadas pelo respectivo Juiz, obedecidas as instruções gerais baixadas pela Corregedoria Geral da Justiça;
- c) cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais e os preceitos legais vigentes;
- d) comparecer, sempre que necessário, à serventia do juízo, cumprindo a carga horária de trabalho que lhe for estabelecida;
- e) controlar e organizar as férias e licenças dos seus subordinados e demais servidores vinculados à serventia, submetendo, quando necessário, as respectivas escalas e requerimentos à aprovação do Juiz;

59. Jonas é lotado na primeira vara criminal da capital e entre suas atividades, expede certidões. Pedro atua na mesma unidade e insere dados no sistema. Os servidores integram, respectivamente, as seguintes equipes

- a) Processamento e Digitação
- b) Digitação e Processamento
- c) Digitação e Preparação Administrativa
- d) Preparação Administrativa e Digitação
- e) Preparação administrativa e processamento

60. Ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, os livros serão formados por

- a) 100 folhas.
- b) 150 folhas.
- c) 250 folhas.
- d) 300 folhas.
- e) 350 folhas.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-06-06-20>

Conheça nosso sistema de questões!


Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Concursos

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE